



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARRIFANA

DELIBERAÇÃO

(Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril)

Aos dezanove dias do mês de Junho de dois mil e dezanove em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Arrifana foi deliberado sobre a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, NÃO ACEITAR as seguintes transferências:

<i>A gestão e manutenção de espaços verdes</i>
<i>A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros</i>
<i>A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão</i>
<i>A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados</i>
<i>A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico</i>
<i>A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico</i>
<i>A utilização e ocupação da via pública</i>
<i>O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo</i>
<i>A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão</i>
<i>A autorização da colocação de recintos improvisados</i>
<i>A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição</i>
<i>A autorização da realização de acampamentos ocasionais</i>
<i>A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas</i>

É do entendimento desta Assembleia de Freguesia a não aceitação destas competências para 2020, porque ainda existem muitas indefinições no que respeita à negociação a efetuar para se poder perceber se há condições económicas para as executar. O prazo dado pelo presente diploma para um entendimento com a Câmara Municipal é manifestamente insuficiente.

Santa Maria, 19 de junho de 2019

just back from summer